

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 E 2.016

(Em reais)

ATIVO

	2.017	2.016
CIRCULANTE	49.377.847,13	47.936.869,99
Disponibilidade	16.562.288,68	13.646.971,56
Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas	7.413.165,53	13.263.574,14
Aplicações financeiras livres	11.041.418,41	621.175,66
Crédito de operações com Planos de Assistência à Saúde	2.209.595,27	1.946.510,66
Crédito de operações com Mantenedora	7.773.737,75	15.318.717,16
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(110.479,76)	(981.138,47)
Cheques a receber	424.867,74	412.475,40
Outros créditos	490.180,65	452.230,14
Estoques	3.567.372,15	3.251.291,82
Despesas antecipadas	5.700,71	5.061,92
NÃO CIRCULANTE	63.228.010,07	61.256.946,13
Realizável a longo prazo	10.869.476,50	9.551.903,34
Depósitos judiciais	10.691.012,17	9.373.439,01
Crédito de operações com Mantenedora	178.464,33	178.464,33
Investimentos	14.376.777,61	12.663.108,74
Imobilizado	37.959.382,95	39.011.194,94
Intangível	22.373,01	30.739,11
TOTAL DO ATIVO	112.605.857,20	109.193.816,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA

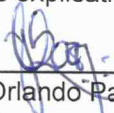
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 E 2.016

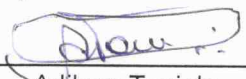
(Em reais)

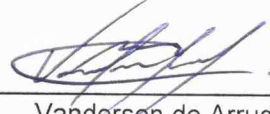
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
CIRCULANTE	32.428.864,61	33.459.868,34
Provisão de contraprestação não ganha	4.135.522,82	3.520.589,91
Provisão de eventos a liquidar para o sus	661.679,55	475.562,67
Provisão eventos a liquidar outros prestadores	4.180.220,03	2.787.893,53
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	1.880.061,79	5.731.910,20
Fornecedores	3.998.395,74	4.461.146,61
Financiamentos a pagar	477.777,83	1.123.388,88
Honorários médicos - Mantenedora	4.211.955,83	4.160.336,86
Obrigações trabalhistas	2.231.518,45	2.086.965,16
Obrigações sociais	276.090,58	291.274,49
Impostos e contribuições a recolher	1.698.112,54	1.796.199,38
Férias e encargos sociais a pagar	7.187.805,16	6.782.765,63
Receita Antecipada de Contraprestações	52.274,31	134.461,14
Outras contas a pagar	1.437.449,98	107.373,88
NÃO CIRCULANTE	14.987.818,48	14.765.286,70
Exigível a longo prazo	14.987.818,48	14.765.286,70
Fornecedores	379.951,06	891.975,25
Financiamentos a pagar		71.055,59
Provisão para contingência civil	2.576.646,62	3.048.280,08
Provisão para contingência trabalhista	1.527.215,98	1.436.617,11
Impostos e contribuições a recolher	10.504.004,82	9.317.358,67
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.189.174,11	60.968.661,08
Patrimônio Social	55.229.751,66	43.657.628,94
Reservas de reavaliação	5.738.909,42	5.961.634,82
Superávit do exercício	4.220.513,03	11.349.397,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>112.605.857,20</u>	<u>109.193.816,12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


João Orlando Pavão
Provedor


Adilson Toniolo
1o. Tesoureiro


Vanderson de Arruda
Contador – C.R.C. 1SP219618/O-1

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 E 2.016**

(Em reais)

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
RECEITA BRUTA	189.478.689,86	187.638.751,44
Contraprestações líquidas de oper. assist. saúde	94.661.581,66	82.481.817,90
Serviço de Saúde Mantenedora	94.817.108,20	105.156.933,54
DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.684.360,70)	(5.629.162,54)
Cofins	(5.684.360,70)	(5.629.162,54)
RECEITA LÍQUIDA	183.794.329,16	182.009.588,90
CUSTO DA RECEITA	(189.655.263,19)	(179.734.621,82)
Eventos Indenizáveis líquidos de oper. assist. saúde	(72.970.231,49)	(59.968.635,79)
Inss quota patronal sobre eventos indenizáveis	(1.281.497,80)	(1.219.172,22)
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	3.851.848,41	61.642,37
Custos com serviços Mantenedora	(103.985.177,20)	(103.750.994,78)
Inss quota patronal sobre custos com serviços mantenedora	(15.270.205,11)	(14.857.461,40)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) BRUTO	(5.860.934,03)	2.274.967,08
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO	(419.764,02)	(242.587,38)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(32.639.494,69)	(33.737.039,83)
Despesas Administrativas	(30.284.673,52)	(31.516.387,21)
Inss quota patronal sobre despesas administrativas	(2.354.821,17)	(2.220.652,62)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	5.694.010,01	5.650.190,24
Receitas financeiras	7.486.204,37	7.838.180,81
Despesas financeiras	(1.792.194,36)	(2.187.990,57)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)	12.429.641,65	13.037.679,55
Outras receitas	14.205.644,37	14.657.962,73
Cofins sobre outras receitas	(426.169,33)	(439.738,88)
Outras despesas	(1.349.833,39)	(1.180.544,30)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS LÍQUIDAS	26.506.341,82	28.279.404,73
Benefícios obtidos - Renúncia Fiscal	26.506.341,82	28.279.404,73
TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O SUPERÁVIT	(1.489.287,71)	(3.913.217,07)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>4.220.513,03</u>	<u>11.349.397,32</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2.016
 (Em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Superávit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.015	38.440.364,26	6.184.380,20	4.994.519,30	49.619.263,76
Transferência para patrimônio social	4.994.519,30		(4.994.519,30)	
Realização da reserva de reavaliação	222.725,40	(222.725,40)		
Superávit do exercício			11.349.397,32	11.349.397,32
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016	43.657.608,96	5.961.654,80	11.349.397,32	60.968.661,08
Transferência para patrimônio social	11.349.397,32		(11.349.397,32)	
Realização da reserva de reavaliação	222.725,40	(222.725,40)		
Superávit do exercício			4.220.513,03	4.220.513,03
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017	55.229.731,68	5.738.929,40	4.220.513,03	65.189.174,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 E 2.016
(Em reais)**

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Superávit do período		
Depreciação	4.220.513,03	11.349.397,32
Amortização	3.655.619,24	3.849.553,13
(Aumento) dos créditos de operações com planos de saúde	8.366,10	10.570,44
(Aumento)/Diminuição dos créditos de operações com mantenedora	(263.084,61)	(858.714,75)
Aumento/(Diminuição) da provisão para perdas sobre crédito	7.544.979,41	(3.605.021,95)
(Aumento) das outras contas a receber	(870.658,71)	193.107,08
(Aumento)/Diminuição dos estoques	(50.981,64)	(131.651,35)
(Aumento) dos depósitos judiciais	(316.080,33)	820.339,13
Aumento/(Diminuição) dos fornecedores e outras contas a pagar	(1.317.573,16)	(1.285.335,71)
Aumento provisão eventos a liquidar sus	355.301,04	(1.727.548,44)
Aumento de provisão de contraprestação não ganha	186.116,88	138.408,43
(Diminuição) da provisão para eventos ocorridos e não avisados	614.932,91	3.520.589,91
Aumento/(Diminuição) da provisão eventos a liquidar outros prestadores	(3.851.848,41)	(61.642,37)
Aumento/(Diminuição) das obrigações trabalhistas, cíveis e sociais	1.392.326,50	(29.038,92)
Aumento dos honorários médicos a pagar - Mantenedora	(251.665,21)	1.895.803,27
Aumento/(Diminuição) dos impostos e contribuições a recolher	51.618,97	367.599,65
Aumento impostos e contribuições a recolher de longo prazo	(98.086,84)	168.846,27
(Diminuição) de receita antecipada de Contraprestações	1.186.646,15	1.256.792,40
Aumento das férias e encargos sociais a pagar	(82.186,83)	(2.598.013,07)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	405.039,53	917.227,64
	12.519.294,02	14.191.268,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Ativo imobilizado		
Aquisição de Investimentos	(2.603.807,25)	(1.461.309,85)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(1.713.668,87)	(2.691.525,38)
	(4.317.476,12)	(4.152.835,23)
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
(Diminuição) dos Empréstimos e financiamentos		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(716.666,64)	(716.666,64)
	(716.666,64)	(716.666,64)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	7.485.151,26	9.321.766,24
Caixa e equivalente de caixa no início do período		
Caixa e equivalente de caixa no final do período	27.531.721,36	18.209.955,12
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	35.016.872,62	27.531.721,36
	7.485.151,26	9.321.766,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017 E 2.016

1 - OPERAÇÕES

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba é uma associação civil beneficente, filantrópica, sem objetivos econômicos ou de lucros, fundada em 25 de dezembro de 1.854.

O objetivo social da entidade compreende, basicamente: manter hospital de caráter beneficente; administrar e desenvolver atividades médicas, cirúrgico-odontológicas e hospitalares em caráter social; e promover operações com planos de assistência à saúde através do Santa Casa Saúde.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e normas fixadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, incluindo as receitas, despesas, doações, subvenções e aplicações de recursos.

b) Provisão para perdas sobre créditos

Constituída em virtude de haver probabilidade de perdas prováveis na realização de créditos.

c) Estoques

Demonstrados ao custo médio de aquisição, não superando os valores líquidos de realização.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, à taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens. No exercício de 2.001 a entidade procedeu a reavaliação dos bens do ativo imobilizado, baseado em Laudo Técnico emitido por empresa especializada.

e) Provisões Técnicas de operações de assistência à saúde

Constituída para garantia das obrigações contratuais, com base nas disposições contidas na Resolução – RN 393 de 09 de dezembro de 2.015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.



f) Férias e encargos a pagar

Demonstrado por valores calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, incluído os encargos sociais correspondentes.

g) Demais ativos e passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

h) Redução ao valor recuperável de ativos: O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4 – CRÉDITO DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Referem-se à direitos a receber com planos de assistência à saúde relativos as operações do Santa Casa Saúde.

5 – CRÉDITO DE OPERAÇÕES COM MANTENEDORA

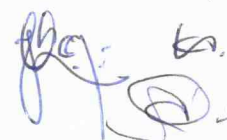
Referem-se à direitos a receber com convênios e contratos relativos a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar da mantenedora.

6 - ESTOQUES

	2.017 R\$	2.016 R\$
Drogas e medicamentos	2.312.710,02	2.184.550,16
Material de consumo	1.102.762,22	950.800,68
Material de manutenção	117.632,77	76.828,64
Despesa	34.267,14	39.112,34
	3.567.372,15	3.251.291,82

7 – IMOBILIZADO

	Custo do bem 2.017 R\$	Depreciação Acumulada R\$	Líquido 2.017 R\$	Líquido 2.016 R\$
Imóveis – Hospitalares	31.226.184,79	8.445.935,10	22.780.249,69	23.670.812,45
Imóveis – Não Hospitalares	616.902,78	234.453,81	382.448,97	396.559,65
Máquinas/Equip. Hospitalares	27.385.173,03	15.696.580,92	11.688.592,11	12.124.609,26
Máquinas/Equip. Não Hospit.	3.270.691,09	2.762.089,31	508.601,78	638.236,86
Móveis/Utens. Hospitalares	3.470.692,00	2.517.602,57	953.089,43	1.064.285,86
Móveis/Utens. Não Hospitalar	2.861.437,55	2.199.891,62	661.545,93	832.216,89



Instalações Hospitalares	797.472,51	519.750,14	277.722,37	
Veículos Não Hospitalares	553.657,18	389.780,70	163.876,48	200.997,07
Imobilizações curso Hospitalar	543.256,19		543.256,19	83.476,90
	<u>70.725.467,12</u>	<u>32.766.084,17</u>	<u>37.959.382,95</u>	<u>39.011.194,94</u>

Em 31 de dezembro de 2.017 o valor referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado é de R\$ 5.738.909,42 (R\$ 5.961.634,82 em 31 de dezembro de 2.016) já deduzido as depreciações acumuladas até esta data.

8 – ATENDIMENTOS DE CONVÊNIO FIRMADO COM O SUS

No exercício de 2.017, com base na metodologia determinada pela Lei 12.101/2009, Decreto 7.237/2010, Decreto 7.300/2010, Instrução Normativa 1.071/2010 e Portaria 1.970/2011, a entidade realizou a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual de 83,49% do total de sua capacidade instalada. O percentual foi determinado com base no número de paciente-dia, gerado pelas internações, acrescido de 10%, conforme legislação supracitada, relativo ao atendimento ambulatorial.

	Internações	Paciente-dia	Ambulatório
Convênio firmado com o SUS	12.065	57.025	212.665
Demais convênios e particulares	8.182	20.566	98.101
	20.247	77.591	310.766

No exercício de 2.016, a entidade efetuou atendimentos decorrentes de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual de 83,20% do total de sua capacidade instalada.

	Internações	Paciente-dia	Ambulatório
Convênio firmado com o SUS	12.355	58.714	199.966
Demais convênios e particulares	8.670	21.500	99.704
	21.025	80.214	299.670

9 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

No exercício de 2.017, a entidade deixou de recolher o montante de R\$ 26.506.341,82 (R\$ 28.279.404,73 no exercício de 2.016), relativo às contribuições de INSS, COFINS, CSLL e IRPJ previstas para Entidades de Fins Filantrópicos, relacionadas à área de saúde. A isenção tributária foi contabilizada no resultado como se devidos fossem.

[Assinatura manuscrita]

10 – SUBVENÇÕES

No exercício de 2.017 a entidade recebeu as seguintes subvenções do Poder Público:

	Convênio	Recebido R\$	Realizado R\$	Saldo R\$
Subvenção Estadual	632/2016	8.900.557,60	7.852.092,08	1.048.465,52
	069/2017	300.000,00	60.496,57	239.503,43
Subvenção Federal	836680/2016	250.000,00	197.153,44	52.846,56
	836516/2016	900.000,00	837.171,87	62.828,13
		10.350.557,60	8.946.913,96	1.403.643,64

No exercício de 2.016 a entidade recebeu as seguintes subvenções do Poder Público:

	Convênio	Recebido R\$	Realizado R\$	Saldo R\$
Subvenção Estadual	091/2015	4.926.467,00	4.926.467,00	
	337/2016	3.406.912,00	3.385.745,28	21.166,72
Subvenção Federal	821261/2015	500.000,00	439.056,98	39.776,30
		8.833.379,00	8.751.269,26	60.943,02

As subvenções realizadas estão registradas no item “Outras receitas”, na demonstração do resultado do exercício e as subvenções não realizadas estão registradas no item “Outras contas a pagar” no passivo.

11 - DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médico Hospitalares – Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – Diops do 4º trimestre de 2.017 está em conformidade com o Ofício Circular da ANS nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares antes da Lei

	Consulta Médica	Exames	Internações	Total
Rede Própria	42.668,10	125.762,14	599.778,66	768.208,90
Rede Contratada	207.957,59	181.373,72	100.481,23	489.812,54
TOTAL	250.625,69	307.135,86	700.259,89	1.258.021,44

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei

	Consulta Médica	Exames	Internações	Total
Rede Própria	653.789,59	1.807.112,22	6.605.544,90	9.066.446,71
Rede Contratada	3.243.958,11	4.175.012,98	7.247.284,64	14.666.255,73
TOTAL	3.897.747,70	5.982.125,20	13.852.829,54	23.732.702,44

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

	Consulta Médica	Exames	Internações	Total
Rede Própria	90.378,13	203.692,93	644.906,00	938.977,06
Rede Contratada	360.430,93	443.500,28	320.062,83	1.123.994,04
TOTAL	243.449,81	647.193,21	964.968,83	2.062.971,10

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei

	Consulta Médica	Exames	Internações	Total
Rede Própria	22.126,92	32.840,86	157.054,86	212.022,64
Rede Contratada	82.206,04	81.504,69	9.672,13	173.382,86
TOTAL	104.332,96	114.345,55	166.726,99	385.405,50

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais Pós Lei

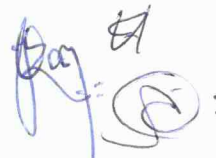
	Consulta Médica	Exames	Internações	Total
Rede Própria	1.612.141,96	3.357.748,31	12.005.389,83	16.975.280,10
Rede Contratada	6.338.151,90	9.550.628,35	9.698.520,84	25.587.301,09
TOTAL	7.950.293,86	12.908.376,66	21.703.910,67	42.562.581,19

12 – PLANO DE CONTAS PADRÃO

A entidade está adotando o plano de contas padrão das operadoras de plano de saúde, conforme determina a Resolução da Diretoria Colegiada RDC n.º 38, de 27 de outubro de 2.000, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

13 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O saldo do Patrimônio Social é compreendido pelo Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits, das doações e subvenções patrimoniais recebidas, da realização da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. O superávit do exercício será incorporado ao Patrimônio Social na data da aprovação do balanço pela Assembleia Geral, e será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e o Princípio Fundamental da Contabilidade da Continuidade da Entidade.



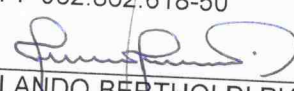
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

Os abaixo assinados e membros da Comissão de Contas, nomeada pela Mesa Administrativa da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA**, para verificação das contas do exercício de 2.017, declaram que, procedendo a verificação dos livros e documentos, encontram todas as contas devida e corretamente contabilizadas, representando com exatidão o movimento geral do ano em apreço.

Piracicaba, 20 de março de 2.018.



JOAQUIM MARTH
CPF 062.862.618-50



ANTONIO ORLANDO BERTHOLDI PIACENTINI
CPF 016.409.318-48



JOSE PINO
CPF 823.403.408-10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PIRACICABA
Piracicaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

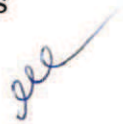
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba - SP, 20 de março de 2018.

Moda Auditores Independentes S/S.
CRC n.º 2SP021705/O-8
CVM n.º 8990



Luis Antonio Moda
Contador CRC n.º 1SP143555/O-0